

O FRACASSO DA OPERAÇÃO SAVANNAH (1975)

Miguel Júnior*

Angola é palco de uma luta renhida, em 1975, no contexto da sua descolonização. Em consequência dessa luta e da crise instalada, a África do Sul desencadeia a Operação Savannah. Com o desencadeamento dessa operação e de outras acções militares, a segurança de Angola é posta em causa, bem como o seu destino em termos de autodeterminação. No entanto, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, com auxílio das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, assumem o controlo do país e revertem o quadro.

Atendendo à envergadura dessa operação, e o impacto que ela teria em termos da vida de Angola e da África Austral, é indispensável analisá-la a fim de produzir um conjunto de considerações essenciais. Todavia, o objectivo desta abordagem é fazer uma análise de natureza militar sem ignorar, como é óbvio, outras ponderações que permitam clarificar muito mais a questão.

Desta maneira, a Operação Savannah é analisada em dois momentos. Em primeiro lugar, a operação é enquadrada no seu contexto com um conjunto de dados que permitem perceber a sua origem, os interesses políticos em jogo e o seu cunho de intervenção militar. Em segundo lugar, a operação é encaixada no âmbito das operações terrestres e é analisada em consonância com as teorias da guerra moderna, da arte da guerra e com bases em documentos oficiais.

1. ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DA OPERAÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial abre as portas para o derrube dos sistemas colónias e para o incremento das lutas de libertação. Nestas condições, a luta política na África do Sul e as independências nos países circunvizinhos obrigaram o Estado sul-africano a conceber, em 1967, um conceito estratégico (*N Strategiese Konsep Vir Die RSA*)¹ para a defesa dos seus interesses e para acautelar-se de certas situações. Por via desse conceito estratégico, gerado pelo almirante D. B. H. Grobbelaar, o Estado sul-africano elabora várias estratégias especiais.

* Doutorando em Estudos Humanos, PH.D. em História e Mestre em História Militar.

¹ Ver *’N Strategiese Konsep Vir Die RSA, ’n Verandering deur Kmdt D. B. H. Grobbelaar, Okt 67.*

Entre estas consta, como é evidente, a estratégia para conter a guerra revolucionária (*Strategie in Teen- Rewolusioner Oorlog*). É precisamente esta visão que leva a África do Sul a participar em operações de contra-insurreição na Rodésia (Zimbabué), em Moçambique e em Angola, e a ter iniciativas operacionais nesse domínio mesmo sem o consentimento das autoridades ligadas à administração desses territórios. Além disso, a cooperação no domínio da luta contra os movimentos de libertação foi intensa e crescente, e a África do Sul defendeu desta maneira os seus interesses.

Com o desenrolar do tempo, e devido às mutações em curso no mundo e no continente africano, a África do Sul ajusta a sua estratégia e realça a necessidade da defesa dos seus interesses. Esta ideia está expressa no *White Paper on Defence and Armament Production* de 1973. Tanto mais que o ministro da Defesa da época, P. W. Botha, destaca no texto em questão que a postura militar do seu país é defensiva e não ofensiva, e que eles não têm a intenção de se engajarem numa corrida armamentista com qualquer Estado. Ainda assim, sublinha que eles estão conscientes que uma atitude defensiva é adequada, mas são obrigados a manter uma significativa capacidade de retaliação e de interdição. Além disto, ele menciona que o estado de estabilidade e ordem nos países vizinhos tem uma relação directa com a segurança da África do Sul. E caso esses países peçam alguma assistência, esses pedidos serão considerados pelo governo sul-africano que reagirá em concordância com os meios disponíveis e a concessão da ajuda será processada em conformidade com o estabelecido na lei internacional.²

Este é o posicionamento de defesa da África Sul e esta é a visão que ela possui a respeito do quadro que prevalece na África Austral. De resto, o envolvimento directo da África do Sul nos teatros de guerra de Angola, Moçambique e Rodésia proporcionou um conhecimento claro a respeito dos movimentos de libertação e de suas linhas ideológicas, independentemente de desenvolvimentos que se configuram no horizonte. Alguns serão certos devido à guerra-fria e à confrontação directa entre os dois campos (socialismo e capitalismo). E outros se colocarão ao nível das probabilidades e das conjecturas. Assim, a complexidade do ambiente internacional e o conjunto de interesses das partes tornam a vida incerta e lançam desafios.

² *White Paper on Defence and Armament Production*, p.3, 1973.

No contexto da pressão internacional, surge em Portugal um facto inesperado que abre as portas para alguns dos desenvolvimentos admitidos e esperados. Trata-se, em concreto, da Revolução dos Cravos, que ocorre no dia 25 de Abril de 1974. Esta Revolução vai criar as condições para a autodeterminação dos povos e, em simultâneo, ela enuncia o começo de outras realidades políticas.

Diante da mudança que se regista em Portugal e nas colónias, e de desenvolvimentos à vista, a África do Sul assume uma postura de vigilância e passa a seguir atentamente o desenrolar da situação em Angola, e, ao mesmo tempo, ela acautela os seus interesses, como fez no passado recente, ao abrigo do Acordo de Alcorta (1970) alcançado com Portugal.

Na esteira do acompanhamento à situação de Angola, entre Julho e Agosto de 1975, os sul-africanos produzem um estudo denominado *The Situation in Angola*.³ Nesta avaliação da situação, eles destacam que o futuro de Angola é até ao presente momento desolador e com perspectiva de um completo colapso antes ou pouco depois da independência, e que o futuro, em termos de uma paz temporária, dependeria dos esforços do Alto-comissário.⁴

Na senda das diligências das partes, em Setembro de 1975, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal endereçou uma nota à Embaixada Sul-africana, em Lisboa, devido a uma solicitação da parte sul-africana relativa à protecção de seus trabalhadores presentes na estação hidroeléctrica de Calueque e ao facto de que a parte sul-africana tinha informado ao embaixador português que, por razões de protecção da referida hidroeléctrica, eles haviam enviado uma unidade militar composta de trinta homens e quatro carros armados. Diante desta informação, o embaixador português reagiu de imediato e sublinhou que isso representava uma “violação a fronteira e consequentemente a soberania nacional portuguesa”.⁵ Nessa nota as autoridades portuguesas exigiram a retirada das forças sul-africanas e predispuseram-se, ao mesmo tempo, a cooperar com as autoridades do Sudoeste Africano (Namíbia), bem como alertaram, na ocasião, a parte contrária devido à infiltração de mercenários em Angola a partir do território vizinho.

³ Neste estudo sobre a situação de Angola, em 1975, eles caracterizam o quadro interno e o posicionamento das diferentes forças políticas, autoridades e populações.

⁴ Ver *Situation in Angola*, p.171.

⁵ Ver *Translation Ministry of Foreign Affairs Directorate-General of Political Affairs, PAA-1704 PROC.*, 2.9.1975.

Ainda em relação à questão da invasão ao território angolano, um embaixador sul-africano em Lisboa, numa carta intitulada *South African Army Protection at Calueque and Alleged Invasion of Southern Angola* e dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, avança um conjunto de argumentos no sentido de esclarecer a questão da invasão.

Outra matéria objecto de atenção por parte dos sul-africanos é, no entanto, a situação da segurança em Angola, atendendo o estado em que se encontra o país e o conjunto de disposições fixadas nos Acordos de Alvor relativas à retracção do dispositivo de forças das Forças Armadas Portuguesas. Estas forças vão abandonar o sul de Angola (Sá da Bandeira) no dia 15 de Outubro de 1975.

A questão da segurança inquieta os sul-africanos por duas razões. Primeiro, a retracção do dispositivo das forças portuguesas no sul de Angola deixará o território desguarnecido, com destaque para a barragem de Calueque. Segundo, estes desenvolvimentos poderão abrir brechas, o que criará condições, segundo a sua perspectiva, para acções guerrilheiras da SWAPO. Além do mais, há a situação crítica ligada à movimentação de refugiados angolanos em direcção ao Sudoeste Africano (Namíbia).

Nestas condições, portugueses (representados pelo comandante Martines da Silva, chefe de Gabinete do Alto-Comissário) e sul-africanos (representados pelo general Armstrong, oficial das South African Defense Forces) passam em revista a situação de Angola, com destaque para a questão de Calueque, conforme atesta o relatório *Relations with Angola*. Neste documento de trabalho há um detalhe interessante, resultante da conversa mantida entre as partes, em que o interlocutor sul-africano diz que o comandante Silva se referia repetidamente ao “Governo de Angola”. Por isto, ele gostaria de saber se legalmente ainda existia esse governo.⁶

Como se pode constatar, o interesse sul-africano é perceber como se encontra Angola do ponto de vista governativo, para, por via disto, chegar a outras conclusões. No entanto, as autoridades de defesa da África do Sul mantêm a sua perspectiva e continuam a acompanhar a situação em Angola.

Quarenta dias antes da independência, os sul-africanos produzem um sumário sobre a situação onde destacam questões políticas e militares. Do ponto de vista político, sublinham o facto de que o alto-comissário português tinha dito que Portugal

⁶ Ver *Relations with Angola*, 24.9.1975.

não ia entregar de mão beijada a soberania a qualquer um dos movimentos e que, segundo ele, pairava o perigo da “balcanização” de Angola. Do ponto de vista militar, destacam que independência de Angola só se concretizará através do preço de uma guerra civil.⁷ É desta forma, de maneira resumida, que eles interpretam a situação prevalecente no território angolano.

À margem do exposto é essencial recordar aspectos ligados à cooperação entre os Estados Unidos e a África do Sul que Sean Gervasi, em 1976, denominou de *The Tacit Alliance (The United States and South Africa in Angola)*. O entendimento entre as partes, relativamente às questões da África Austral, é alcançado após uma decisão política norte-americana de 1970.

Esta decisão foi tomada no sentido de se criar uma situação de equilíbrio na região. Por outra, também há que ter bem presente o apoio da União Soviética aos movimentos de libertação e o seu interesse em alargar o campo socialista e a sua influência na África Austral. De mais a mais, as coisas tomam outra coloração devido à ajuda militar de Cuba ao MPLA, bem com ao envio de tropas e meios do Zaíre para a FNLA e aos contactos entre a África do Sul, a UNITA, a FNLA e Daniel Chipenda, em busca de uma concertação política e militar alternativa.

De maneira geral, a situação é de crise devido às pressões internas e externas, à suspensão dos Acordos de Alvor e à guerra. Esta crise cria, por sua vez, um vazio político-institucional e de segurança. Nestas circunstâncias, a África do Sul desencadeia a Operação Savannah. Esta decisão foi tomada devido à sua postura em matéria de defesa e segurança e às alianças com os Estados Unidos da América, com a FNLA, com a UNITA e com as forças de Daniel Chipenda. A Operação Savannah entra em execução em Outubro de 1975. No entanto, é essencial descrever a operação e proceder ao seu enquadramento contextual.

Esta operação é objecto de tratamento em duas vertentes. Uma é a perspectiva intervencionista e a outra é a perspectiva operacional militar. A interpretação a partir da primeira perspectiva situa a Operação Savannah no contexto de uma operação militar de intervenção.

Deste modo, interessa passar em revista o conhecimento acumulado sobre intervencionismo. Para bem dizer, o intervencionismo começa no século XIX e

⁷ Ver *Weekly Report N° 8/75, Summary of the Situation Referred: 03 October 1975.*

desenvolve-se ao longo dos tempos como um instrumento de luta contra revoluções liberais e contra movimentos nacionalistas.

No século XX, o intervencionismo torna-se um expediente de recurso a que muitos Estados fazem uso no sentido de reverter ou impor situações no interior de um Estado de modo a defender os seus interesses. As intervenções foram levadas a cabo por um ou por vários Estados em função à natureza dos desafios em jogo.

Na trilha da história das intervenções militares, as grandes potências recorrem, vezes sem conta, a este instrumento. Mais tarde, a intervenção também começa a ser um recurso opcional por parte de Estados de médias e pequenas dimensões sempre dentro da lógica da defesa de certos objectivos e interesses. Aliás, o mundo registou um incremento de intervenções militares no século XX, tendo algumas sido realizadas no contexto das missões de manutenção da paz. Assim, as intervenções militares ocorrem nos diferentes continentes por diversas razões. Contudo, há que perceber outros aspectos relacionados como o assunto.⁸

A intervenção militar – como sinónimo do uso da força a partir de uma variedade de propósitos – é, no mundo moderno, uma forma comum de influência entre os Estados. Outro aspecto que interessa reter é que as intervenções ocorrem por vários motivos e de diversas formas. E a intervenção é uma acção deliberada que visa substituir líderes, lideranças e mudar estruturas constitucionais (K. J. Holsti, 1995). Entretanto, um certo número de intervenções tem lugar por causa da permeabilidade e da fragilidade de certos Estados, com destaque para aqueles cujos alicerces políticos e constitucionais são débeis.

Ainda assim há vários factores (conflitos políticos, religiosos, étnicos, raciais, ideológicos, crises, insurreições), no interior de um Estado, que caucionam o desencadeamento de acções de intervenção por parte de um Estado ou um grupo de Estados. E, na maioria dos casos, a intervenção é uma actividade que é feita sem consentimento e se desenrola contra a vontade legal constituída ou reconhecida pelas autoridades. Desta maneira, importa destacar que “qualquer instabilidade da ordem

⁸ Há quem faça a distinção entre agressão e intervenção como duas coisas distintas. E é precisamente isto que levou Michael Walzer; 2004, a sublinhar o seguinte: “A intervenção é, porém, entendida de outro modo, A palavra não é definida como actividade criminosa; e, se bem que a prática de intervir [costuma] ameaçar a integridade territorial e a independência política dos Estados invadidos, às vezes ele pode ser justificado”. Do outro lado, um Estado que intervenha tem que demonstrar o “ónus da prova” quando o seu interesse for o de moldar acordos internos ou alterar as condições de num determinado país. E, segundo o mesmo autor, o ónus da prova é mais pesado quando a intervenção é feita por umas Forças Armadas, já que uma intervenção militar pode causar coacções e devastações.

política – e há muitas no mundo contemporâneo – oferece oportunidades para uma intervenção externa” (K. J. Holsti, 1995).⁹

Analisando, no entanto, a intervenção à luz do exposto, podemos destacar que a crise e o vazio de segurança gerados em 1975 em Angola, bem como a guerra serviram de motivo para a intervenção militar da África do Sul e de outras forças estrangeiras a pedido dos actores internos. Deste modo, a Operação Savannah é o recurso que a África do Sul encontrou para defender os seus interesses e para mudar o quadro de Angola mediante a colocação no poder de um regime favorável aos seus desígnios.

2. INTERPRETAÇÃO E AVALIAÇÃO DA OPERAÇÃO

Do ponto de vista da interpretação da Operação Savannah, há que sublinhar o seguinte. A presente operação, apesar da sua natureza clandestina e secreta, é uma acção que se encaixa em uma **estratégia militar** e obedece a determinada **estratégia operacional** dentro de um tempo real. Por isso, não faz sentido dizer que não havia uma estratégia e que os políticos sul-africanos estiveram em total desacordo com a operação ou que tudo ficou entregue a “planos ad hoc” ao mais alto nível. Também não se deve concordar com a ideia de que não havia um objectivo estratégico geral.

Em consequência, e perante à situação reinante em Angola, as Forças de Defesa da África do Sul definiram um plano de campanha em relação ao teatro operacional terrestre angolano e fixaram, com base na sua estratégia operacional, os seguintes objectivos: a) **superioridade em termo de meios**, b) **completa liberdade de acção** e c) **iniciativa das operações**. Estes três elementos foram, à partida, objectivos garantidos devido aos seguintes factores.

Em primeiro lugar, temos que considerar os níveis de desenvolvimento e de organização das Forças de Defesa da África do Sul, bem como a experiência acumulada ao longo dos tempos em diversos teatros de guerra (Europa e África).

Em segundo lugar, as Forças de Defesa da África do Sul tinham plena consciência que em Angola não havia um dispositivo e sistema de forças que pudesse travar uma operação rápida e com meios motorizados. Aliás, conforme se encontravam armados e

⁹ Há várias formas de intervenção. Mas a intervenção militar sucede quando se envia uma certa quantidade de tropas para um país com o propósito de manter um regime no poder devido a acções rebeldes ou para ajudar a restabelecer o poder. À margem do intervencionismo militar, há o não-intervencionismo e a perspectiva do sistema do Estado soberano que não admite imiscuição nos assuntos internos.

equipados os guerrilheiros do MPLA eles não representavam um sistema militar credível e estavam em condição de inferioridade do ponto de vista de capacidade militar.

Para agravar muito mais a situação, a divisão do país em três retirou a possibilidade de um levantamento e organização do povo em armas de modo a enfrentar à investida sul-africana. E com a agravante de que duas componentes do problema interno (UNITA e FNLA) tinha solicitado auxílio à África do Sul.

Em terceiro lugar, as Forças de Defesa da África do Sul viram a vitória militar assegurada porque tinham plena consciência do esforço de guerra a Norte, via envolvimento directo da República do Zaíre e a partir do próprio apoio que eles se tinham proposto prestar a Holden Roberto. De resto, esta é a razão pela qual a Operação Savannah é configurada e levada a cabo, em termo de emprego de forças e meios, a Norte e a Sul.¹⁰

Em quarto lugar, o incitamento feito pelo secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, às Forças de Defesa da África do Sul a fim de elas entrarem em Angola acicatou-as muito mais e abriu uma janela de oportunidade para a configuração de uma operação de intervenção militar rápida à luz de experiências intervencionistas. De mais a mais, os sul-africanos precisavam obter conhecimentos sobre o emprego de forças e meios em operações convencionais naquela altura.

Logo, o quadro prevalecente em Angola representou a oportunidade para a tão desejada projecção de forças e meios. Diante desta realidade, os **objectivos estratégicos finais** eleitos pelo Estado sul-africano em relação ao teatro operacional terrestre angolano são:

1. Defender os interesses da África do Sul;
2. Afastar as influências comunistas da África Austral,
3. Proteger os interesses no Sudoeste-Africano, e
4. Apoiar a FNLA e a UNITA (como organizações anti-comunistas).

Agora do ponto de vista dos **objectivos intermédios (objectivos estratégicos operacionais)**, as Forças de Defesa da África do Sul fixam os seguintes:

1. Proteger a hidroeléctrica Ruacana-Calueque e o sistema de abastecimento de água;

¹⁰ Verificar a divisão do Teatro de Guerra estabelecida pelas Forças de Defesa da África do Sul

2. Propiciar ajuda à FNLA e à UNITA de modo a integrar um Governo a ser estabelecido com a independência;
3. Ajudar a FNLA e a UNITA a salvaguardarem as suas zonas de influência;
4. Proteger o Caminho-de-Ferro de Benguela;
5. Ocupar toda área acima do rio Cuanza;
6. Limpar a SWAPO ao longo da linha da fronteira, e
7. Salvaguardar a retirada das Forças de Defesa de Angola (Magnus Malan, 2006).

No tocante à **manobra estratégico-operacional**, as medidas operacionais que eles tomaram permitiram colocar as forças, os meios e os fogos em situação de vantagem em relação à parte contrária, o que favoreceu e permitiu percorrer 1000 km em trinta dias e ocupar um vasto espaço territorial, o que os colocou próximo do **objectivo estratégico final**. Mas os níveis ofensivos baixaram em virtude da robustez do sistema defensivo contrário (a partir de determinado momento passam a enfrentar uma força militar mista (unidades convencionais e combatentes).

Aliás, a introdução de uma outra força convencional bem treinada e bem equipada no teatro operacional não constava nos planos sul-africanos. Deste modo, e como as coisas se complicaram de tal forma no plano tático, então cada comandante das unidades sul-africanas foi orientado no sentido de escolher “um objectivo específico para atingir ou uma tarefa para executar”. Isto é, cada comandante tinha a responsabilidade de concretizar um objectivo ou realizar, pelo menos, uma tarefa com sucesso (Magnus Malan, 2006).

Ainda no domínio da **manobra estratégico-operacional**, as Forças de Defesa da África do Sul foram forçadas a mudar de atitude e de direcção estratégicas,¹¹ e a reorganizar as suas forças (de resto, eles tiveram que introduzir outros grupos de combate). A mudança operada deveu-se à proclamação da independência em Luanda no dia 11 de Novembro. Desta maneira, a independência, como factor político essencial em termos da autodeterminação dos angolanos e do nascimento do Estado, é o elemento enunciador do fim do vazio político-constitucional.¹²

¹¹ Um elemento que contribui para o efeito foi a Batalha de Kifangondo e os seus resultados.

¹² Nestas condições a OUA, na sua conferência de Janeiro de 1976, reconheceu a independência nacional e considerou o poder como legítimo.

Em virtude desse facto, os **objectivos estratégicos finais** foram em certa medida reajustados, mas sem perder de vista o seu foco central – defesa dos interesses sul-africanos.

Passemos aos factos. Num documento de trabalho, do Estado Maior das Forças de Defesa da África do Sul, denominado *Op Savannah: Notas vir Berplanning en Konferensies*¹³ consta que o “objectivo [inicial] era evitar um governo comunista em Angola”. Deste modo, e devido à nova situação que a independência introduziu, eles consideraram existir “três possibilidades”.

- “A primeira opção é seria abster-se, neste ponto, e deixar tudo a perder sem prestígio.
- A segunda possibilidade é a de manter versatilidades que incluam a captura de Luanda, ou pelo menos a compensação das bases e o aeroporto de Henriques de Carvalho. Estes são dois objectivos extremos.”
- “A terceira possibilidade é determinar alguns pontos – chave a serem vencidos em Malange, Salazar e Henrique de Carvalho e, em seguida, um acordo de retirada”.

O exposto no documento em referência traduz, conforme se diz, “três métodos de negociação”, a saber: “Método de Negociação A”, “Método de Negociação B” e “Método de Negociação C”. Destes métodos, o “Método de Negociação B” contém a ideia da: “Versatilidade para Luanda, mas para invadir. A captura física do esplendor de Luanda, embora a informação é escassa configure uma tarefa impossível de concretizar. Requer uma grande quantidade de armamento pesado e exige frota e logística ofensiva e muitas tropas terrestres”.¹⁴ No entanto, vários elementos, no tempo, afastaram essa perspectiva e exigiram outra forma de abordagem do problema.

Assim, a proclamação da independência de Angola seguida do seu reconhecimento e os desenvolvimentos que ocorreram no mundo entre Dezembro e Janeiro de 1976 (escândalo *Watergate*, *Emenda Clark*, etc) forçaram o Governo sul-africano a retirar as suas forças de defesa de Angola.

¹³ Este documento foi produzido em 12 de Novembro de 1975.

¹⁴ A ideia da captura de Luanda resulta da importância política que possui o terreno do ponto de vista das operações terrestres. Nesta óptica a “terra tem uma grande importância tangível e intangível”. Aliás, é no território onde reside a credibilidade e legitimidade dos governos. Assim, uma capacidade para conquistar e preservar o território é frequentemente um indício crucial do sucesso ou insucesso nos maiores combates operacionais. Ver Christopher Tuck, *Land Warfare, in Understanding Modern Warfare*.

A retirada também se deveu à contra-ofensiva conjunta desencadeada pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e pelas Forças Armadas Revolucionárias de Cuba (FAR), o que se traduziu numa vitória dessas forças perante as Forças de Defesa da África do Sul.

Ainda assim, outra questão a considerar é que os mentores da Operação Savannah não avaliaram bem os tempos. Passemos a explicar o raciocínio dos tempos. O primeiro tempo é o da independência que já estava fixado (11 de Novembro de 1975). Este tempo é estabelecido sem a possibilidade de se criar um vazio de segurança, visto que a retracção das Forças Armadas Portuguesas é aprazada para o período de 1 de Outubro de 1975 a 29 de Fevereiro de 1976 (neste espaço de tempo, o Governo Nacional já teria constituído as Forças Armadas Nacionais).

Agora o tempo do vazio de segurança começa com a Batalha de Luanda e é reforçado com a suspensão dos Acordos de Alvor. Logo, de Agosto a Novembro são três meses e de Outubro a 11 de Novembro é um mês e onze dias. Mas o tempo real da Operação Savannah só começa em meados de Outubro. À partida, esta operação estava condenada ao fracasso porque o desdobramento e a condução de operações exigem tempo sem contar com o conjunto de adversidades. Precisamente, aquelas que eles enfrentaram ao longo do percurso.¹⁵

Outra faceta da questão é que a manobra da parte contrária ficou facilitada, uma vez que o MPLA inicia a preparação do seu plano em Dezembro de 1974. E o envolvimento cubano, a favor das FAPLA, tem início em Janeiro de 1975 e ele ganha mais força a meio do ano em referência. Em Agosto de 1975, as FAPLA já tinham concebido o seu plano operacional onde fixaram de maneira clara as linhas de defesa, ali onde os sul-africanos foram travados, com excepção de Lobito, Benguela e Porto Amboim.

Como aqui terminam os aspectos ligados à interpretação, vamos agora proceder a avaliação da Operação Savannah. Esta operação pode ser avaliada a partir de diferentes perspectivas. Neste texto a mesma é avaliada, no entanto, do ponto de vista militar.

¹⁵ Por isso não sentido o conjunto de argumentos de que as tropas sul-africanas tiveram que percorrer uma distância equivalente ao percurso de Paris a Roma, e que os meios técnicos e de combate eram obsoletos e que a África Sul tinha desencadeado a operação pouco tempo depois do embargo absoluto de armas. Como também não faz sentido dizer que a operação foi executada com um orçamento de tempo de paz (Ver *The Military Role in Political Victory: South Africa, Namibia and Apartheid – Understanding Operation Savannah, in Victory Among People*).

Nesta óptica a operação pode ser avaliada a partir dos preceitos da arte da guerra terrestre moderna que congrega um sistema moderno da arte da guerra e um sistema tático e operacional baseado em princípios como a combinação de armas, operações conjuntas, profundidade, fogo e manobra. Além do mais, a arte da guerra terrestre não se revê num único modelo porque há uma grande variedade de modelos. Em consequência, a Operação Savannah foi conduzida com base na cultura ocidental de operações terrestres e com base no saber acumulado, ao longo dos tempos, pela escola militar sul-africana.

Independentemente das considerações já se tenham produzido sobre a Operação Savannah, em moldes analíticos, vamos destacar aqui uma avaliação que reputamos como fundamental para a presente abordagem. Trata-se da avaliação que as próprias Forças de Defesa da África do Sul fizeram a presente operação, cujo conteúdo não consta de nenhuma obra.

As informações relativas à operação constam do documento intitulado: *Directorate Operations Evaluation na Doctrine Evaluation Operation Savannah*. Este documento foi elaborado pelo Estado Maior das Forças de Defesa da África do Sul em 27 de Abril de 1976 e o mesmo caracteriza, com o máximo de clareza, os pontos fortes e fracos da operação.

A radiografia sobre a operação é expressa nos moldes que se seguem. Antes de mais, eles definiram um método de avaliação que consistiu no estudo de dez volumes de ficheiros do chefe do Estado Maior da operação a fim de se obter os fundamentos da operação. De seguida, todos relatórios dos serviços e serviços de apoio dos chefes do Estado Maior foram estudados e analisaram anexos sobre serviços, controlo e um diagrama geral sumariado sobre a evolução dos resultados da operação. Questões relativas ao asseguramento da operação foram repartidas em capítulos e subcapítulos e aspectos relevantes desses parâmetros foram classificados com bom, satisfatório e insatisfatório.

Uma vez explicada a metodologia de trabalho, várias considerações foram tecidas por assuntos:

A primeira observação é que a operação adoptou uma perspectiva totalmente militarista e certos factores influenciaram a mesma no tempo e outros vão continuar a influenciar nos tempos vindouros. Agora, do ponto de vista da concepção da operação, o que se constatou é que não houve uma concepção profunda em termos operacionais, desde modo a operação ficou entregue a objectivos e esquemas de organização *ad hoc*.

Também deu para constatar que a operação é caracterizada por uma escalada não planificada.

Quanto à coordenação ao mais alto nível e à harmonização dos objectivos políticos e militares, o que constata é os objectivos militares foram realizados, mas o fim não foi alcançado. Pelo que dizem de maneira clara – “we won the military engagements, but not the war”. No tocante a imagem internacional das Forças de Defesa da África dos Sul, reconhecem que a sua reputação ficou manchada e que isso seria objecto de exploração pela propaganda inimiga. Em relação ao comando e controle, constataram que o mesmo foi dividido e que o número limitado de pessoas envolvidas na operação dificultou a implementação do comando e controlo, o que contrariou o prescrito nos manuais de organização estrutural das Forças de Defesa da África do Sul.

Analisando agora as questões ligadas à logística, ao pessoal, à inteligência, às operações, à assistência médica, às comunicações e às finanças, há que destacar o seguinte. Como cada um desses itens foi classificado de acordo com a escala atrás referida, então elaboramos um quadro sobre esses aspectos e com as respectivas classificações. Deste modo, o quadro abaixo designado espelha a avaliação dos aspectos relevantes. Eis, o quadro:

Quadro Comparativo dos Aspectos Relevantes

Questões	Bom	Satisfatório	Insatisfatório	Média
Logística	13	11	43	22%
Pessoal	2	4	15	7%
Inteligência	1	0	20	7%
Operações	6	11	44	20%
A. Médica	3	3	17	7%
Comunica.	1	1	16	6%
Finanças	0	0	9	3%
Total	26	26	174	72%

Este quadro é bastante claro. A média das três classificações é de 72%, o que corresponde aproximadamente aos 77% da nota insatisfatória. Significa dizer que a

operação teve diversos problemas e teve um desempenho negativo. Assim, acabamos de ver os aspectos que o Estado Maior das Forças de Defesa da África do Sul considerou na avaliação a Operação Savannah.

Conclusões

Finalmente, a operação desencadeada pela África do Sul em 1975 fracassou. Mas ela não é a primeira operação de intervenção militar que se realiza no continente africano, no contexto de um processo de autodeterminação de um povo do jugo colonial.

Outro aspecto a reter é que se a Operação Savannah concretizasse o objectivo político que ele perseguia, teria retardado por muitos mais anos a independência do Sudoeste Africano (Namíbia) e a abolição do apartheid na África do Sul. Além disso, as lições desta operação estão subentendidas e elas vão além da esfera da defesa e segurança.

Bibliografia

Autores

- 1. AAVV – Understanding Modern Warfare, 2008.**
- 2. BREYTENBACH, Jan – Forged in Battle, 1986.**
- 3. BREYTENBACH, Jan – They Live by the Sword, 1990.**
- 4. BREYTENBACH, Jan – The Buffalo Soldiers The Story of South Africa's 32- Battalion 1975 – 1993, 2009.**
- 5. GLEIJESES, Piero – Conflicting Missions Havana, Washington, Pretoria, 2003.**
- 6. GRUNDY, Kenneth W. – South Africa's Regional Defence Plans: The Homeland Armies- in South Africa in Southern Africa The Intensifying Vortex of Violence, 1983.**
- 7. HOLSTI, K. J. – International Politics A Framework for Analysis, 1995.**
- 8. JOMINI, Antoine – Henri – Précis de l'art de la guerre, 2001.**
- 9. MALAN, Magnus – My life with the SA Defence Force, 2006.**
- 10. PAPENFUS, Theresa – Pik Botha and His Times, 2010.**
- 11. KISSINGER, Henry – Anos de Renovação, 2003.**
- 12. RICHARDS, David e MILLS, Greg – Victory Among People Lessons from Countering Insurgency and Stabilising Fragile States, 2011.**
- 13. SOKOLOVSKY, V. D. – Estratégia Militar Soviética, 1981**
- 14. STEENKAMP, Willem – Borderstrike! South Africa into Angola 1975-1980, 2006.**
- 15. WALTZ, Kenneth N. – O homem, o estado e a guerra uma análise teórica, 2004.**
- 16. WALZER, Michael – Guerras Justas e Injustas, 2003.**
- 17. WILSWORTH, Clive – First in Last out the South African Artillery in Action 1975-1988, 2010.**
- 18. WILLIAMS, David – On the Border the White South African Military Experience 1965-1990, 2008.**

Documents

1. **White Paper, on Defence and Armament Production, Department of Defence, Republic of South Africa, 1973.**
2. **Telegram n° 76 Department of Foreign Affairs, 22 – 5- 1975 (DECLASSIFIED, 29. 01. 2008).**
3. **Telegram n° 77 Department of Foreign Affairs, 27 – 5- 1975 (DECLASSIFIED, 29. 01. 2008).**
4. **The Situation in Angola, 30.07.1975 (DECLASSIFIED, 06. 2. 2008).**
5. **Translation Ministry of Foreign Affairs Directorate-General of Political Affairs, 2.9.1975 (DECLASSIFIED, 04. 3. 2008).**
6. **South African Army Protection at Calueque and Alleged Invasion of Southern Angola, 03.9.1975 (DECLASSIFIED, 04. 3. 2008).**
7. **Relations with Angola, 24.9.1975 (DECLASSIFIED, 04. 3. 2008).**
8. **Weekly Report N° 8 /75, 03.10.1975 (DECLASSIFIED 12. 4. 2007)-**
9. **OPS SAVANNAH: BESLISSINGS OP 17 OKT 75 (DECLASSIFIED 29. 1. 2008).**
10. **OPS SAVANNAH: BESLISSINGS OP 20 OKT 75 (DECLASSIFIED 29. 1. 2008).**
11. **OPS SAVANNAH: BESLISSINGS OP 21 OKT 75 (DECLASSIFIED 29. 1. 2008).**
12. **OP SAVANNAH: NOTAS VIR BEPLANNING EN KONFERENSIES, 12. NOV 75 (DECLASSIFIED 29. 1. 2008).**
13. **SIGNAL INSTRUCTION N° 1 /75 COMMAND AND CONTROL STRUCTURE, 18. 11. 1975. (DECLASSIFIED, 29. 1. 2008)**
14. **The Tacit Alliance the United States and South Africa in Angola, Sean Gervasi, 1976 (DECLASSIFIED 20. 4. 2010).**
15. **Directorate Operations Evaluation and Doctrine Evaluation Operation Savannah, Copy n° 16, HS/11/3/14/2 27 April 1976 (DECLASSIFIED, 5 MAY 2008).**